

21 Q3497093 Direito Penal > Noções Fundamentais

Ano: 2025 Banca: FUNDATEC Órgão: GHC-RS Prova: FUNDATEC - 2025 - GHC-RS - Advogado

Atena é Vice-Presidente da República Federativa do Brasil. Ao viajar para o país Corfus, foi vítima de um furto de seu celular pessoal, adquirido muito antes do exercício do mandato, fatos estes prontamente noticiados às autoridades estrangeiras. Diante da situação narrada e considerando as disposições do Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) O crime cometido contra Atena está sujeito, de forma incondicionada, à lei brasileira.
- (B) Caso o Brasil tivesse se obrigado por tratado a reprimir o crime de furto, a aplicação da lei brasileira independeria desse crime também ser punido no país Corfus.
- (C) Ainda que o autor do furto tivesse sido perdoado no país Corfus, sendo o Brasil obrigado por convenção a reprimir o crime de furto, poderia ser aplicável a lei brasileira.
- (D) É dispensada a entrada do autor do furto no território nacional para que seja aplicável a lei brasileira no caso narrado.
- (E) Caso o bem furtado não se tratasse de celular pessoal, mas sim compusesse o patrimônio da União, o crime cometido estaria sujeito, de forma incondicionada, à lei brasileira.

22 Q3425288 Direito Penal > Noções Fundamentais , Princípios limitadores do poder punitivo estatal

Ano: 2025 Banca: FGV Órgão: TRF - 1ª REGIÃO Prova: FGV - 2025 - TRF - 1ª REGIÃO - Juiz Federal Substituto

O Ministério Público Federal ofereceu denúncia em face de pessoa jurídica e de dois de seus dirigentes, em razão de poluição causada em rio que banha mais de um estado. À luz da jurisprudência dos Tribunais Superiores, o juiz deverá:

- (A) observar, no que couber, as garantias fundamentais, como, por exemplo, o princípio da intranscendência da pena;
- (B) observar que as sanções criminais impostas pela sentença equiparam-se a obrigações cíveis;
- (C) observar que a denúncia somente poderá ser recebida se houver imputação concomitante de crime à pessoa física;
- (D) observar que, em caso de incorporação, não se admite a transmissão dos efeitos extrapenais da condenação à incorporadora;
- (E) rejeitar a denúncia no que toca à pessoa jurídica, porque a falta de capacidade natural de ação, a carência de culpabilidade e a ausência de indicação clara dos tipos penais impedem a responsabilidade penal dela.

23 Q3408802 Direito Penal > Noções Fundamentais , A norma penal

Ano: 2025 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: STM Prova: CESPE / CEBRASPE - 2025 - STM - Técnico Judiciário - Área:

Administrativa - Especialidade: Agente de Polícia Judicial

Acerca da aplicação da lei penal, julgue o item que se segue.

O ordenamento penal brasileiro, em regra, adota a teoria da atividade para determinar o momento do crime, sendo considerado praticado o crime no instante da conduta, seja esta comissiva ou omissiva, independentemente do momento em que se verifica o resultado.

☐ Certo

☐ Errado

24 Q3408801 Direito Penal > Noções Fundamentais , A norma penal

Ano: 2025 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: STM Prova: CESPE / CEBRASPE - 2025 - STM - Técnico Judiciário - Área:

Administrativa - Especialidade: Agente de Polícia Judicial

Acerca da aplicação da lei penal, julgue o item que se segue.

Se uma lei excepcional ou temporária estiver vigente no momento da prática de um crime, ela será aplicada ao fato, ainda que ela tenha perdido sua vigência no momento do julgamento.

☐ Certo

☐ Errado

25 Q3408800 Direito Penal > Noções Fundamentais , Lei penal no espaço

Ano: 2025 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: STM Prova: CESPE / CEBRASPE - 2025 - STM - Técnico Judiciário - Área:

Administrativa - Especialidade: Agente de Polícia Judicial

Acerca da aplicação da lei penal, julgue o item que se segue.

No caso dos crimes “a distância”, em que a ação delituosa ocorre em determinado local, mas o resultado é produzido em localidade diversa, o lugar do crime, para efeitos penais, em regra, é aquele em que ocorreu a ação ou omissão, independentemente do resultado.

☐ Certo

☐ Errado

26 Q3408799 Direito Penal > Noções Fundamentais , A norma penal

Ano: 2025 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: STM Prova: CESPE / CEBRASPE - 2025 - STM - Técnico Judiciário - Área:

Administrativa - Especialidade: Agente de Polícia Judicial

Acerca da aplicação da lei penal, julgue o item que se segue.

Considere que uma nova lei penal que tenha sido publicada tenha deixado de considerar determinada conduta como crime. Nessa situação, a referida lei deverá ser aplicada a todos os fatos anteriores, mesmo que já tenham sido decididos por sentença condenatória já transitada em julgado.

☐ Certo

☐ Errado

27 Q3408798 Direito Penal > Noções Fundamentais , Lei penal no tempo , Teoria Geral do Delito

Acerca da aplicação da lei penal, julgue o item que se segue.

De acordo com a teoria que determina o tempo do crime, para efeitos penais, não se computa no prazo o dia em que este se inicia, incluindo-se, porém, o dia de seu vencimento.

- ☐ Certo
- ☐ Errado
-

28 Q3407466 Direito Penal > Noções Fundamentais , Lei penal no espaço

Ano: 2025 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: STM Prova: CESPE / CEBRASPE - 2025 - STM - Analista Judiciário - Área: Judiciária

Julgue o item a seguir, com relação aos princípios do direito penal e à aplicação da legislação penal.

Suponha que uma pessoa tenha sido sequestrada na Argentina e transportada em via terrestre até o Uruguai, tendo passado antes pelo território brasileiro. Nesse caso, o processamento e julgamento do agente da conduta criminosa no Brasil é possível, de acordo com a legislação penal brasileira.

- ☐ Certo
- ☐ Errado
-

29 Q3395872 Direito Penal > Noções Fundamentais , Lei penal no espaço

Ano: 2025 Banca: FGV Órgão: DPE-RO Prova: FGV - 2025 - DPE-RO - Analista Jurídico - Classe A

Mário foi definitivamente condenado por estupro na França em 2013, quando residia naquele país. Mário respondeu ao processo em liberdade, sem qualquer imposição de medida cautelar, tendo se mudado para o Brasil antes de decisão definitiva. Assinale a alternativa correta, segundo o ordenamento jurídico pátrio:

- ☐ A Não se aplica a lei brasileira uma vez que o fato foi praticado na França.
- ☐ B Não se aplica a lei brasileira porque Mário deveria ter sido julgado pela jurisdição brasileira.
- ☐ C Aplica-se a lei penal brasileira porque o crime é hediondo.
- ☐ D Aplica-se a lei penal brasileira porque se trata de crime praticado por brasileiro no exterior que retornou ao território nacional, bem como por ser fato punível no Brasil e suscetível à extradição.
- ☐ E Não se aplica a lei penal pátria porque o brasileiro, quando adentra no território nacional, está imune a condenações proferidas no estrangeiro.
-

30 Q3395871 Direito Penal > Noções Fundamentais , A norma penal

Ano: 2025 Banca: FGV Órgão: DPE-RO Prova: FGV - 2025 - DPE-RO - Analista Jurídico - Classe A

Acerca da Teoria da Norma Penal, assinale a alternativa correta:

- ☐ A A interpretação sistemática pressupõe a hermenêutica da norma à luz do contexto histórico no qual ela foi criada.

- Ⓐ A interpretação teleológica busca extrair o sentido literal da norma penal.
- Ⓑ O emprego da analogia é proibido no Direito Penal, exceto quando utilizada in malam partem.
- Ⓒ A interpretação analógica é admitida o Direito Penal, mesmo em desfavor do réu.
- Ⓓ A Lei e os Costumes constituem fonte imediata de conhecimento da norma penal.

31 Q3387028 Direito Penal > Noções Fundamentais , Lei penal no tempo

Ano: 2025 Banca: FCC Órgão: DPE-RS Prova: FCC - 2025 - DPE-RS - Defensor Público

Sobre a aplicação da lei penal, é correto afirmar:

- Ⓐ No caso de genocídio praticado no exterior, por se tratar de crime de interesse da humanidade e em nome dos princípios da justiça universal e da extraterritorialidade incondicionada, aplica-se a lei brasileira para a hipótese de o autor do delito, mesmo sendo estrangeiro, ter domicílio no Brasil.
- Ⓑ No crime de estelionato tentado praticado no estrangeiro, estando a vítima em solo brasileiro, não haverá crime a ser perseguido no Brasil, na hipótese de não haver efetivo prejuízo ao ofendido, sendo que se aplica, nesse caso, a teoria da atividade para se fixar o lugar do delito.
- Ⓒ Na hipótese dos crimes omissivos impróprios, considera-se praticado o delito no momento do resultado, uma vez que a omissão para essa modalidade de delito necessita de resultado material para ser punível.
- Ⓓ O surgimento de lei penal que determina a abolição de um crime ocasiona a cessação dos efeitos penais, administrativos e civis decorrentes da condenação pelo delito abolido, salvo se eventual indenização em favor da vítima já tenha sido fixada em sentença irrecorrível.
- Ⓔ De acordo com o Código Penal, nas hipóteses de crimes cometidos no exterior contra a administração pública, por quem está a seu serviço ou por particular, o agente não poderá ser punido segundo a lei brasileira, caso seja absolvido no país de cometimento do delito, desde que tenha sido garantido, no processamento da ação estrangeira, o devido processo legal.

32 Q3383766 Direito Penal > Noções Fundamentais , Lei penal no espaço

Ano: 2025 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: PC-CE Prova: CESPE / CEBRASPE - 2025 - PC-CE - Delegado de Polícia Civil

Pedro, brasileiro residente no exterior, cometeu, fora do território brasileiro, crime de genocídio contra um grupo religioso e, posteriormente, retornou ao Brasil. Nessa situação hipotética, Pedro

- Ⓐ não poderá ser julgado no Brasil, pois o país não é signatário de tratado sobre genocídio.
- Ⓑ não poderá ser julgado no Brasil, pois o crime não foi cometido em território nacional.
- Ⓒ poderá ser julgado no Brasil, ainda que absolvido ou condenado no estrangeiro.
- Ⓓ poderá ser julgado no Brasil desde que o crime também seja punível no país onde foi praticado.
- Ⓔ poderá ser julgado no Brasil se o país onde ocorreu o crime não exercer sua jurisdição.

33 Q3383764 Direito Penal > Noções Fundamentais , Conflito aparente de normas

Acerca do concurso aparente de normas penais, assinale a opção correta.

- (A) Os princípios que embasam as normas penais não são suficientes para resolver adequadamente o concurso aparente entre crime-meio e crime-fim.
- (B) Segundo o princípio da especialidade, diante da impossibilidade de aplicação da norma mais grave, aplica-se a norma menos grave.
- (C) O princípio da alternatividade é aplicável a infrações penais de ação múltipla ou de conteúdo variado.
- (D) Aplica-se o princípio da subsidiariedade apenas quando expressamente previsto em lei.
- (E) O princípio da consunção jamais é aplicável a crimes contra bens jurídicos distintos.

34

Q3383762 Direito Penal > Noções Fundamentais , Princípios limitadores do poder punitivo estatal

Ano: 2025 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: PC-CE Prova: CESPE / CEBRASPE - 2025 - PC-CE - Delegado de Polícia

O princípio da insignificância

- (A) é inaplicável a crimes tributários federais.
- (B) é aplicável, de forma irrestrita, aos crimes contra a administração pública.
- (C) sempre exclui a culpabilidade do agente.
- (D) é inaplicável a crimes ou contravenções penais praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas.
- (E) é inaplicável a crimes ambientais, segundo a jurisprudência consolidada dos tribunais superiores.

35

Q3373857 Direito Penal > Noções Fundamentais , Conflito aparente de normas

Ano: 2025 Banca: FGV Órgão: TRF - 5ª REGIÃO Prova: FGV - 2025 - TRF - 5ª REGIÃO - Juiz Substituto

A respeito do concurso aparente de normas, é correto afirmar que:

- (A) na relação de especialidade entre duas normas, prevalecerá a norma cujo preceito secundário preveja a maior pena;
- (B) o princípio da especialidade expressa uma relação de gênero e espécie entre as normas em conflito, ao passo que o princípio da subsidiariedade expressa uma relação de continente e conteúdo e, nesse último, a norma prevalente é obrigatoriamente mais grave;
- (C) o agente que pratica dois ou mais núcleos do tipo penal responde apenas por um crime, graças à aplicação do princípio da absorção;
- (D) a punição exclusivamente pelo crime de descaminho, quando o crime de falso naquele se exaure, é hipótese de aplicação do princípio da subsidiariedade;

- Ⓔ crime progressivo, sinônimo de progressão criminosa, é exemplo da aplicação do princípio da consunção.

36 Q3373856 Direito Penal > Noções Fundamentais

Ano: 2025 Banca: FGV Órgão: TRF - 5ª REGIÃO Prova: FGV - 2025 - TRF - 5ª REGIÃO - Juiz Substituto

Dentre os princípios basilares do Direito Penal, está o da legalidade. Acerca dele, é correto afirmar, à luz da Constituição da República e da jurisprudência dos Tribunais Superiores, que:

- Ⓐ o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do ADO nº 26, expressamente excepcionou o princípio da legalidade e admitiu o emprego da analogia *in malam partem*, para equiparar as condutas homotransfóbicas aos crimes de racismo;
- Ⓑ se admite que medidas provisórias tipifiquem penalmente comportamentos;
- Ⓒ não se admite combinação de leis, salvo para beneficiar o réu;
- Ⓓ tratados e convenções internacionais, ainda que ratificados, não têm o condão de, no direito interno, tipificar crimes e cominar penas, por conta do princípio da reserva legal;
- Ⓔ leis complementares não podem tipificar penalmente comportamentos.

37 Q3362376 Direito Penal > Noções Fundamentais , Lei penal no tempo

Ano: 2025 Banca: FGV Órgão: ENAM Prova: FGV - 2025 - ENAM - Exame Nacional da Magistratura - ENAM - 2025.1

Sobre a eficácia da Lei Penal no tempo, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para a falsa.

() A Lei Penal temporária ou excepcional, mesmo após a sua autorrevogação, goza de ultra-atividade, sendo aplicada ao fato praticado durante a sua vigência. () A lei posterior, que deixa de considerar determinado fato como criminoso, retroage para alcançar fatos anteriores, ainda que definitivamente julgados no âmbito criminal, cessando, em virtude dela, a execução e os efeitos penais e extrapenais da sentença condenatória. () No crime permanente, se este é iniciado sob a eficácia de uma lei e sua situação consumativa danosa persiste já sob a vigência de uma lei nova, aplica-se esta, ainda que mais severa que a primeira, por ela revogada. As afirmativas são, respectivamente,

- Ⓐ F – F – V.
- Ⓑ V – V – V.
- Ⓒ V – V – F.
- Ⓓ F – V – F.
- Ⓔ V – F – V.

38 Q3355520 Direito Penal > Noções Fundamentais , Lei penal no tempo

Ano: 2025 Banca: Qconcursos Órgão: Qconcursos Prova: Qconcursos - 2025 - Qconcursos - Simulado Ilimitada - 10º Simulado

Em 2023, André cometeu crime cuja pena máxima era de quatro anos de reclusão. Em 2024, nova lei entrou em vigor, aumentando a pena para oito anos. André ainda não havia sido julgado quando a nova norma passou a valer. Nessa situação, assinale a alternativa correta.

- ☒ A nova lei penal será aplicada a André somente se ainda não houver sentença.
- ☐ A lei nova é mais gravosa, mas retroage por se tratar de crime doloso.
- ☐ A nova lei aplica-se imediatamente a todos os casos, independentemente do tempo do fato.
- ☐ A nova lei penal não retroage, por ser mais severa, salvo se expressamente previsto em lei.
- ☐ A lei penal mais gravosa não retroage, devendo aplicar-se a norma vigente à época dos fatos.

39

Q3334343 Direito Penal > Noções Fundamentais , Lei penal no tempo

Ano: 2025 Banca: Qconcursos Órgão: Qconcursos Prova: Qconcursos - 2025 - Qconcursos - Simulado Ilimitada - 9º Simulado

Acerca da aplicação da lei penal no tempo, assinale a alternativa correta:

- ☒ A lei penal mais severa pode ser aplicada retroativamente aos crimes cometidos antes de sua vigência, desde que ainda não haja sentença definitiva.
- ☐ A lei penal mais benéfica somente poderá ser aplicada aos processos com sentença condenatória transitada em julgado.
- ☐ A *abolitio criminis* configura causa extintiva da punibilidade e incide também sobre fatos ocorridos anteriormente à vigência da norma descriminalizadora.
- ☐ O princípio da irretroatividade da lei penal impede a aplicação de normas penais mais favoráveis ao réu.
- ☐ A continuidade normativa típica ocorre quando uma conduta deixa de ser prevista expressamente na lei penal, tornando-se irrelevante para o Direito.

40

Q3307261 Direito Penal > Noções Fundamentais

Ano: 2025 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: MPE-CE Prova: CESPE / CEBRASPE - 2025 - MPE-CE - Analista Ministerial - Especialidade: Direito

No que se refere aos princípios aplicáveis ao direito penal, à aplicação da lei penal, bem como a ilicitude e culpabilidade, julgue o item seguinte.

O direito penal só admite a interpretação analógica quando esta for usada em favor do réu.

- ☐ Certo
- ☐ Errado

Respostas

21: E 22: A 23: C 24: C 25: E 26: C 27: E 28: C 29: D 30: D 31: A
32: C 33: C 34: D 35: B 36: D 37: E 38: E 39: C 40: E

